

“Compacto II” para Moçambique já está em refinamento



Os dois signatários: Mahmoud Bah (à esquerda) e Ernesto Max Tonela

Os Governos de Moçambique e dos Estados Unidos da América (EUA), este último através da agência Millennium Challenge Corporation (MCC),

selaram recentemente em Maputo um conjunto de compromissos referentes ao escopo e objectivos do Compacto II para Moçambique, cujo Acordo de Financia-

mento se prevê seja assinado entre Julho e Agosto deste ano.

Os compromissos firmados pelos dois Governos, que compreendem as três áreas

a serem cobertas pelo Compacto II – (i) Promoção do Investimento na Agricultura Comercial, (ii) Conectividade e Transporte Rural e (iii) Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Cos-

Trabalho coordenado essencial na costa pantanosa da Zambézia. **Pag. 9**

Promoção de reformas e investimentos como cerne da agricultura no Compacto II para Moçambique. **Pag. 16**

Transporte rural pode ser um catalisador da economia. **Pag. 19**

Dirigente de topo da MCC impressionado com trabalho em curso. **Pag. 3**

A centralidade das estradas na promoção do crescimento económico. **Pag. 12**

Ciclone Freddy leva ‘Compacto II’ à província da Zambézia. **Pag. 21**

teiro – marcam a consolidação do processo de concepção da referida iniciativa de desenvolvimento, que decorrerá em todo o território nacional, mas tendo a província da Zambézia como foco geográfico.

Integrados num documento denominado *Aide Memoire*, os acordos alcançados pelo Governo de Moçambique, representado pelo Ministro da Economia e Finanças, Ernesto Max Tonela, e pela MCC, representado pelo respectivo Vice-Presidente Executivo, Mahmoud Bah, que visitou o país entre finais de Janeiro e princípios de Fevereiro deste ano, dão particular primazia a reformas políticas e institucionais previstas para o sector de estradas, no quadro do que Moçambique se compromete a incrementar os fundos disponíveis para a manutenção das rodovias em 50%.

Intervindo na cerimónia de assinatura do referido *Aide Memoire*, realizada a 30 de Janeiro, em Maputo, Max Tonela afirmou que “a assinatura deste *Aide Memoire* sinaliza, de forma inequívoca, o cometimento tanto do Governo de Moçambique como do Governo dos EUA, através da MCC, com o desenvol-

vimento de um Compacto II para Moçambique que seja robusto e inovador. Acreditamos que, a breve trecho, os projectos que constituirão o Compacto II serão concluídos pelas equipas técnicas, com o que estarão criadas as condições para que o Acordo de Financiamento do mesmo possa ser rubricado o mais rápido possível”.

Na mesma ocasião, Mahmoud Bah disse que “a MCC está orgulhosa de, uma vez mais, estabelecer parceria com Moçambique, com o fito de apoiar o crescimento económico inclusivo para os cidadãos deste país”.

De referir que as autoridades nacionais ao mais alto nível receberam, em princípios deste ano, correspondência da liderança máxima da MCC informando da reeleição de Moçambique para beneficiar do Compacto II, que sucede o Compacto I, implementado no país de 2008 a 2013.

Mais fundos para o estabelecimento do Compacto II

Os Governos de Moçambique e dos Estados Unidos da América (EUA), este último através da agência Millennium Challenge

Corporation (MCC), rubricaram, no passado mês de Março, a segunda adenda ao Acordo de Financiamento do Desenvolvimento do Compacto II para Moçambique, com o que passam a estar disponíveis mais USD 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil dólares norte-americanos) para os trabalhos de conclusão dos projectos que farão parte da atrás referida iniciativa nas três áreas que a integram, nomeadamente Promoção do Investimento na Agricultura Comercial, Conectividade e Transporte Rural e Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro.

Do lado de Moçambique, a adenda foi remotamente assinada pelo Ministro da Economia e Finanças, Ernesto Max Tonela, a partir de Maputo. Pela MCC, a adenda foi rubricada, igualmente de forma remota, pelo Vice-Presidente das Operações do Compacto, Cameron Alford, baseado em Washington D.C.

Na globalidade, os montantes alocados pela MCC ao desenvolvimento do Compacto II em Moçambique, que está a decorrer sob a égide do Gabinete de Desenvolvimento do Compacto II (GDC-II), passam a ser, com

esta assinada, de USD 15.650.000,00 (quinze milhões e seiscentos e cinquenta mil dólares norte-americanos). O montante do acordo original era de USD 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), que subiu para USD 10.750.000,00 (dez milhões e setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos) com a assinatura, em Abril de 2022, da primeira adenda ao Acordo de Financiamento do Desenvolvimento do Compacto II para Moçambique, num valor de USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos).

Além de acções estritamente referentes ao desenvolvimento de projectos nas três áreas acima referidas, o financiamento adicional que acaba de ser viabilizado há-de permitir a realização de estudos e análises de especialidade em vários domínios de interesse, bem assim a preparação do estabelecimento da Millennium Challenge Account Moçambique (MCA-Moçambique), a entidade que implementará o Compacto II no país, cuja assinatura do Acordo de Financiamento, com uma duração de cinco anos.

Integram as acções de

estabelecimento do MCA-Moçambique a serem suportadas pelo

montante da segunda adenda a contratação de empresas especializadas

em alguns domínios-chave, como sejam contratação de recursos

humanos, procurement, fiscalidade e gestão de projectos.

COMPACTO II PARA MOÇAMBIQUE

Dirigente de topo da MCC impressionado com trabalho em curso

O Vice-Presidente Executivo (VPE) da Millennium Challenge Corporation (MCC), Mahmoud Bah, manteve, durante a sua recente visita a Moçambique, encontros com várias partes interessadas nas cidades de Mocuba e Quelimane, na província da Zambézia, circunscrição territorial que será o foco geográfico do Compacto II para Moçambique. No fim das auscultações que manteve, Bah referiu estar feliz com o envolvimento de todos no processo de desenvolvimento do Compacto II, desde sociedade civil, partidos políticos, líderes comunitários, sector privado, comunicação

social, confissões religiosas e entidades públicas e privadas em geral. “Para a MCC, a

transparência é muito importante”, frisou.

Procedendo à abertura da reunião com diversas

partes interessadas realizada em Mocuba, a 1 de Fevereiro último, Carlos Mesquita, Ministro das



Bah com o dedo apontando para o futuro...

Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, convidou os presentes para que usassem da palavra, colocando os pontos que achassem relevantes, “pois esta é uma plataforma para juntos construirmos um programa de desenvolvimento no qual possamos todos nos rever, sem distinção alguma”.

Um total de 11 participantes do encontro, a maioria das quais do sector privado, usou da palavra. Um líder empresarial disse que “pretendemos, enquanto empresários da Zambézia, ser beneficiários prioritários dos projectos. Já vimos casos em que os principais beneficiários, em projectos executados aqui na província da Zambézia, foram empresários doutras províncias do país ou mesmo de outros países”.

Seguiu-se-lhe um outro empresário, que afirmou que, uma vez iniciado o Compacto II, “que haja transparência, imparcialidade e profissionalismo em todas as fases de execução dos projectos. Estamos, até aqui, satisfeitos com o envolvimento que nos tem sido proporcionado”.

“Este é o terceiro



Ministro das Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Mesquita, explanando como será a nova ponte sobre o Rio Licungo e respectivo bypass, em Mocuba

encontro do género de que tomo parte e é bom saber que a agricultura continua uma das prioridades do Compacto II. Apesar de a agricultura ser tida como a base para o desenvolvimento de Moçambique, é lamentável que ainda existam relevantes segmentos do sector familiar a lavrar apenas com a enxada de cabo curto”, sublinhou.

Um cidadão residente em Mocuba pediu, na sua intervenção, que os projectos em preparação beneficiem, igualmente, aquela cidade, “onde temos sérios problemas de erosão e de escassez de água”.

Alguns intervenientes referiram que que a província da Zambézia possui muita terra fértil, “embora existem poucas, se algumas, empresas agrícolas robustas. Algo deve ser feito para se inverter o actual cenário”.

Prossequindo, disse: “Quanto à ponte prevista para a entrada de Mocuba, sobre o Rio Licungo, já foi dito, várias vezes, que o concurso para a sua construção será internacional. Mas há que ver como nós, empresários locais, podemos ser igualmente envolvidos na empreitada”.

Um outro empresário afirmou ser positivo notar, uma vez mais, que a agricultura será uma das áreas prioritárias do Compacto II para Moçambique. Ajuntou existir o Programa SUSTENTA, ora em curso, sob a égide do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), “que está a disponibilizar alguns tractores. Mas ainda nos faltam máquinas para efeitos de desbravamento de novas áreas férteis para produção agrícola. Não é possível retirar árvores com tractores”.

Um agricultor baseado no distrito de Gurué, que tomou parte do

encontro com várias partes interessadas em Mocuba, disse que, em sede do programa em preparação (Compacto II para Moçambique), “seria bom se analisar a questão de financiamento em geral para o sector da agricultura, sobretudo para pessoas de idade avançada, como eu. O banco já não me dá dinheiro, supostamente porque já sou velho. É, pois, importante que o Compacto II considere esta questão de financiamento para todos, sem exclusões, embora a lógica deste programa

seja a de subvenção. Mas precisamos de todo um ambiente favorável para podermos desenvolver sustentavelmente as nossas actividades”.

Intervindo logo a seguir, Carlos Mesquita referiu que logo depois que a elegibilidade de Moçambique foi formalmente confirmada e uma nota a propósito publicada no sítio na Internet da MCC, em Janeiro de 2020, imediatamente a seguir se indicou o Coordenador Nacional do Gabinete do Desenvolvimento do Compacto II (GDC-II), após o que “foram iniciados

estudos sobre a Análise de Constrangimentos ao Desenvolvimento de Moçambique, no âmbito do qual foram identificadas três áreas prioritárias, nomeadamente Agricultura Comercial, Infraestruturas Rurais (Estradas e Pontes) e Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro”.

Mesquita disse ainda que a província da Zambézia foi escolhida como foco geográfico do Compacto pelo Governo de Moçambique por ser a segunda mais pobre, ter fraco nível de desenvolvimento de

infraestruturas, conformando com os critérios de elegibilidade da MCC.

Intervindo no mesmo evento, Higinio de Marrule, Coordenador Nacional do Gabinete de Desenvolvimento do Compacto II (GDC-II), afirmou que “no trabalho que estamos a fazer, a consulta aos potenciais beneficiários, às várias partes interessadas, é uma parte importantíssima, daí que já estivemos cá várias vezes, estamos cá hoje e voltaremos ainda para cá para vos dar informação sobre o que estamos a fazer e a colher vossos subsídios sobre os projectos em desenvolvimento”.

Continuando, precisou: “É aconselhável que enquanto os projectos estão a ser preparados e se perspectiva a assinatura do Acordo de Financiamento do Compacto II, prevista para Julho-Agosto deste ano, os empresários se preparem devidamente para as oportunidades que poderão emergir, no que se pode incluir a formação de recursos humanos em várias áreas”.

Sobre a questão da formação, o Ministro das Obras Públicas, Habita-



ção e Recursos Hídricos voltou a usar da palavra, sendo referido: “A capacitação de motoristas que poderão servir às necessidades de vários projectos, com toda a certificação requerida em grandes projectos, por exemplo, é uma das acções que talvez podem ser consideradas pelos empresários da

provincia da Zambézia, sob o ponto de vista de potenciais oportunidades.”

“Se se considerar que as oportunidades estarão abertas não só para o sector privado da Zambézia, mas para todo o país ou mesmo para quase todo o mundo, dependendo da atrac-

tividade dos mesmos, não seria má ideia os empresários da Zambézia pensarem no estabelecimento de sinergias, já que, individualmente, podem não ter as valências necessárias”, sublinhou.

Mesquita referiu ainda que “foco e rigor serão determinantes, pelo

que a concentração no essencial é por demais premente. Muitas obras estão previstas, sendo de destacar pelo menos uma ponte de grande envergadura, uma estrada circular, como parte da N1 aqui mesmo em Mocuba, e pelo menos cinco estradas rurais”.

QUELIMANE TAMBÉM QUER CAPACITAÇÃO...E “ATENÇÃO ESPECIAL À MULHER RURAL”

Na tarde do mesmo dia (01 de Fevereiro), o Vice-Presidente Executivo da MCC participou de uma reunião semelhante na cidade de Quelimane, capital da provincia da Zambézia, maioritariamente atendida por empresários, de que tomaram igualmente parte a Secretária de Estado na Provincia da Zambézia, Cristina Mafumo, e o Governador da Provincia da Zambézia, Pio Matos.

À semelhança dos seus pares de Mocuba, os empresários de Quelimane referiram que, enquanto se preparam os projectos que serão parte do Compacto II para Moçambique, “seria bom que se fizesse algo no sentido de capacitar as pequenas e médias empresas, para que estas estejam em condições

de competir com as grandes empresas assim que as oportunidades forem lançadas”.

“Seria por demais importante e inovador que o Compacto II para Moçambique prestasse atenção especial à mulher rural na agricultura, que tem sido, até aqui, alvo de marginalização”, sugeriu um outro participante.

Um líder juvenil abordou o facto de os jovens, embora sejam a maioria da população, “terem, habitualmente, muito baixo acesso às oportunidades ao nível da provincia da Zambézia, pelo que o Compacto II deve ser uma oportunidade para a inversão desta situação”.

António Gusse, membro da Assembleia Provincial da Zambézia,

sugeriu que, numa reunião de consulta como aquela, os administradores de todos os distritos da provincia da Zambézia deveriam tomar parte, “pois eles conhecem profundamente a realidade das circunscrições territoriais de que são dirigentes máximos. Dessa forma, estariam a ser criadas as condições para que tenhamos um programa virado mesmo aos problemas reais da população da Zambézia”.

Na verdade, e tal como foi explicado na ocasião, o GDC-II tem tomado parte de encontros de que participam, igualmente, administradores distritais, como oportunidade para lhes passar informação sobre o Compacto II, ora em desenvolvimento. Foi assim, por exemplo, em

Julho de 2022, quando uma apresentação detalhada a propósito foi feita na Reunião Provincial de Diálogo Público-Privado, realizada na cidade de Quelimane.

Por outro lado, há a destacar que os administradores e dirigentes distritais de vários sectores têm sido convidados às reuniões com as partes interessadas que são realizadas ao nível de vários distritos da Zambézia, no que se destacam os de Alto Molócuè, Ile, Mocuba, Pebane, Quelimane e Gurué.

Um outro empresário usou da palavra para abordar, frontalmente, o que considera ser um bico-de-obra naquela região do país, nos seguintes termos: “Um dos problemas de fundo da Zambézia, de que os

empresários têm sofrido muito, são as adjudicações não transparentes e manifestamente injustas. Isto deve acabar”.

Já Chaul Nalaria, presidente do Conselho Empresarial Provincial

(CEP) da Zambézia, um organismo integrado na Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), disse que “contrariamente ao que se verificou quando foi

do Compacto I (2008-2013), pedimos para que o Compacto II tenha uma representação aqui na província da Zambézia, como forma de as coisas serem acompanhadas de perto.

Ainda que não tenha, eventualmente, poder de decisão, julgamos fazer muita diferença ter uma representação aqui na Zambézia, até porque esta será a província prioritária”.

“TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEMENTOS ESSENCIAIS” – BAH

O Vice-Presidente Executivo da MCC, Mahmoud Bah, disse, discursando nas reuniões com as várias partes interessadas realizadas em Mocuba (período da manhã) e Quelimane (período da tarde), ambas no mesmo dia (1 de Fevereiro), agradeceu o interesse dos presentes pelo processo de desenvolvimento do Compacto II para Moçambique, que terá a província da Zambézia como foco geográfico.

“Em todo o nosso trabalho, tanto na fase anterior à execução dos projectos como tal, como durante a execução e no período posterior, as questões da transparência e prestação de contas constituem elementos essenciais. Estamos aqui para vos ouvir e registar o que possam ter para nós quanto aos projectos em preparação no

âmbito do Compacto II para Moçambique, que, por decisão do vosso Governo, terá a província da Zambézia como foco geográfico”, precisou

Disse, intervindo na reunião de Mocuba, que a questão de capacitação, ou da preparação em geral para as oportunidades que emergirão no contexto do Compacto II para Moçambique, é por demais importante, conforme referiu o Ministro Mesquita. “Isto é muito importante, particularmente para as pequenas e médias empresas. Olhem também para questões como higiene e segurança no trabalho, que são muito importantes para a MCC”.

Já no encontro de Quelimane, Bah retomou a questão da transparência e prestação de contas, nos moldes se-

guintes: “Para a MCC, transparência é muito importante. Queremos que todos estejam envolvidos nos processos e tenham informação. Normalmente, todos os documentos que assinamos são públicos. O *Aide Memoire* [assinado a 30 de Janeiro de 2023 em Maputo] a que me referi há pouco é uma das poucas excepções, dada a sua natureza. E é assim como procedemos em todo o sítio onde operamos e não somente aqui em Moçambique”.

“Ouvi as vossas preocupações sobre as oportunidades, o envolvimento de mulheres e jovens, etc. As oportunidades estarão abertas para todos, para todas as empresas, estejam ou não baseadas na Zambézia ou em Moçambique. Nós queremos o melhor possível com a contribuição a ser feita

pelos cidadãos norte-americanos”, frisou.

Continuando, afirmou: “A nossa experiência nos ensina que os locais, os que estão baseados onde os projectos têm lugar, sempre se beneficiam de uma ou de outra forma, já que nenhuma empresa pode trazer tudo de fora, além de que algumas oportunidades não serão atractivas para as grandes empresas internacionais ou mesmo nacionais”.

Bah disse ainda que a Millennium Challenge Account (MCA), a entidade que será criada para gerir o Compacto II para Moçambique, deverá disponibilizar informação sobre as oportunidades existentes a todos e de forma transparente, o que deve incluir a partilha de um calendário específico.



Comitiva em visita ao local por onde passará a nova ponte sobre o Rio Licungo, em Mocuba

SOBRE ACORDO DE FINANCIAMENTO...

Sobre a questão, em particular, do *Aide Memoire* assinado a 30 de Janeiro deste ano entre o Governo de Moçambique, através do Ministro da Economia e Finanças, e a MCC, Higino de Marrule, Coordenador Nacional do GDC-II, referiu que “este [o *Aide Memoire*] não é o Acordo de Financiamento do Compacto II para Moçambique, mas um memorando importante no processo de desenvolvimento do Compacto II, dando primazia, como

já foi dito, a reformas políticas e institucionais no sector de estradas, para o benefício de todo o país e não somente da província da Zambézia, que é foco prioritário do Compacto II”.

Higino de Marrule clarificava, assim, algumas informações equivocadas colocadas no encontro com as partes interessadas em Quelimane, por pelo menos dois empresários, sugerindo que aquele memorando era o Acordo de Financiamento em si.

Antes de terminar a sua alocução, o Coordenador Nacional do GDC-II convidou os seis especialistas que o acompanhavam a se apresentarem e a falarem um pouco do seu trabalho no âmbito do processo de desenvolvimento do Compacto II para Moçambique.

Procedendo ao encerramento da reunião com partes interessadas em Quelimane, a Secretária de Estado na Província da Zambézia, Cristina Mafume, começou por

agradecer aos presentes pelas questões colocadas e pelas sugestões apresentadas. Agradeceu, igualmente, ao Vice-Presidente Executivo da MCC pela visita e pelo seu engajamento pessoal no processo de estabelecimento do Compacto II, privilegiando áreas de indiscutível relevância para Zambézia, nomeadamente Promoção de Investimento na Agricultura Comercial, Conectividade e Transporte Rural e Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro.

ACENO POSITIVO DA MCC ÀS POTENCIAIS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro é uma das áreas em que o Compacto II para Moçambique irá intervir, em paralelo com outras duas, nomeadamente Promoção de Investimento na Agricultura Comercial e Conectividade e Transporte Rural.

Os projectos da área de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro estão a ser elaborados à luz do princípio da co-criação, na esteira do que a PROAZUL e a BIOFUND foram, no terceiro trimestre de 2022, seleccionados em concurso público como

potenciais parceiros do Compacto II para Moçambique.

É nesse quadro que o Vice-Presidente Executivo da MCC, Mahmoud Bah, manteve, na parte final da tarde de 1 de Fevereiro e princípio da noite do mesmo dia, um encontro de auscultação com as duas organizações, que compreendeu, essencialmente, a apresentação sumária dos seus projectos e a discussão aberta, em plenário, tanto de ambos os projectos como de outras questões relacionadas com as temáticas por eles cobertos.

Bah manifestou-se impressionado com os projectos apresentados, que demonstram resultar de profundo conhecimento da situação por parte dos seus proponentes, isso numa área cada vez mais relevante em todas as iniciativas de desenvolvimento.

Por outro lado, alertou para a necessidade de os projectos deverem ser elaborados a partir de bases realísticas, uma vez que os fundos que poderão ser disponibilizados são, infelizmente, limitados, sobretudo por conta dos elevados investimentos que será necessário

empreender no sector de estradas, esses que podem consumir grande parte do envelope em perspectiva, que será, de princípio, de cerca de USD 500 milhões.

Os demais participantes do encontro, sobretudo especialistas do GDC-II e quadros do sector de ambiente e mudanças climáticas ao nível da província da Zambézia, sugeriram a consideração de algum aprofundamento de algumas componentes dos projectos, tendo em conta soluções que possam ser localmente exequíveis e sustentáveis

Trabalho coordenado essencial na costa pantanosa da Zambézia

A fraca coordenação entre os diversos actores que desenvolvem actividades na costa pantanosa da província da Zambézia, que é o foco geográfico do Compacto II para Moçambique, é um dos problemas identi-

ficados no domínio de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro, conforme consubstanciado por estudos empreendidos no contexto da atrás referida iniciativa desenvolvimentista.

Como forma de se

obviar os impactos que essa situação (fraca coordenação) está a ter sobre a preservação dos ecossistemas e sua exploração sustentável, o Gabinete de Desenvolvimento do Compacto II (GDC-II) e a agência norte-americana Millennium Challenge

Corporation (MCC) decidiram envolver, no processo de elaboração de projectos de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro, uma das três áreas do Compacto II para Moçambique, actores-chave do sector, quer sejam organizações da socie-

dade civil, empresas, ou mesmo instituições de direito público, neste caso através de iniciativas especializadas.

É nesse contexto que foi lançado, em meados de 2022, um concurso público para a selecção de potenciais parceiros para tomarem parte da co-elaboração de projectos que se espera integrem aquela área do Compacto II, no quadro do qual foram seleccionadas duas entidades para operar, potencialmente, como parceiros-líderes, nomeadamente BIO-FUND e PROAZUL, e outras três entidades para operar potencialmente como parceiros técnicos, nomeadamente ACDI/VOCA, Conservation International (CI) e a Terra Firma.

Com efeito, foi rea-



Da esquerda para a direita: Kenneth Miller, Director da MCC para Moçambique; Higino de Marrule, Coordenador Nacional do GDC-II; Amílcar Tivane, Vice-Ministro da Economia e Finanças; e Juliana Nwito, Administradora Distrital de Matutuine, durante a cerimónia de abertura do Seminário de Co-Criação...

lizado, de 12 a 16 de Setembro do ano passado, na vila turística de Ponta do Ouro, província de Maputo, um seminário de co-criação, que contou, além do GDC-II, da MCC e de representantes de todos os sobreditos potenciais

parceiros, de convidados do Ministério da Terra e Ambiente, do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, além de especialistas afectos à academia.

De referir que alguns dos participantes do acima citado seminário de co-criação estão baseados na província da Zambézia, onde o GDC-II já fez, de lá até ao presente momento, trabalho complementar. Aliás, o Vice-Presidente Executivo da MCC manteve, na sua visita recente ao país, um encontro de auscultação com a BIOFUND e a PROAZUL, nomeadamente a 2 de Fevereiro de 2023, em Quelimane.

Quando procedia à apresentação da justificativa do referido seminário de co-criação, Deolinda Mabote Nunes, especialista de Ambiente e Inclusão Social do GDC-II, referiu que a questão da fraca coordenação cons-



titui, igualmente, uma oportunidade, a começar pela própria metodologia de co-criação por detrás da concepção do projecto e chamada para a parceria.

Avançou pretender-se, com a abordagem adoptada, inverter o cenário actual, através da busca de parcerias com organizações e/ou entidades que já trabalham na costa pantanosa da Zambézia, nomeadamente para conceitualizar, desenhar e implementar o projecto da área de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro em sede do Compacto II.

“Com isso, acreditamos que se garantirá continuidade e sustentabilidade das acções, mesmo depois de terminado o Compacto II”, sublinhou Nunes.

As reflexões substanciais em sede do referido seminário de co-criação começaram com trabalhos em grupo, em três domínios, designadamente (i) ecossistemas saudáveis e produtivos, (ii) resistência e resiliência climática e marinha, e (iii) desenvolvimento de novas estratégias de vida sustentáveis e resistentes ao clima.

Findos os trabalhos em grupo e já em sessão plenária, ficou patente a interdependência que



cada um dos objectivos teria com os demais. Por exemplo, uma visão de longo prazo de um ecossistema saudável e produtivo definido por um dos grupos toma em consideração os factores envolventes, tal como a pressão humana sobre os recursos.

Os cinco dias de traba-

lho foram preenchidos por abordagens inseridas em igual número de grandes objectivos, nomeadamente (i) Construção de uma Visão Partilhada; (ii) Definindo os Principais Componentes e Métodos para Alcançar os Objectivos de Mudanças Climáticas e Desen-

volvimento Costeiro; (iii) Planeamento para Sustentabilidade; (iv) Construindo e Operacionalizando um Relacionamento Eficaz; e (v) Seguindo em Frente.

Integrou as discussões levadas a cabo no seminário de co-criação uma reflexão sobre o planeamento e sustentabilidade tendo em conta as dimensões social, ambiental, económica, operacional e jurídica, bem assim sobre a estrutura jurídico-legal, governação e responsabilidade, além de questões de monitoria, avaliação, documentação e aprendizagem, e monitoria e avaliação. A apresentação de padrões de desempenho ambiental e social, género e inclusão social capitalizou as atenções dos participantes nos derradeiros momentos do evento.



A centralidade das estradas na promoção do crescimento económico

O Gabinete de Desenvolvimento do Compacto II (GDC-II) encontra-se neste momento a trabalhar, em parceria com a agência Millennium Challenge Corporation (MCC), na finalização dos projectos que irão integrar o Compacto II para Moçambique, que será corporizado por três áreas, nomeadamente (i) **Promoção da Agricultura Comercial**, (ii) **Conectividade e Transporte Rural** e (iii) **Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro**. Este artigo aborda a centralidade das estradas na promoção do crescimento económico, ao mesmo tempo que providencia informação sobre o que está a ser realizado na área de **Conectividade e Transporte Rural**.

Moçambique tornou-se



Os eventos extremos têm deitado abaixo, na Zambézia e noutros pontos do país, estradas e pontes!

elegível ao Segundo Compacto da agência norte-americana Millennium Challenge Corporation (MCC) em finais de 2019, cuja implementação será por um período de cinco anos. Para a preparação do Compacto foi estabelecido, em Maio de 2020, o Gabinete de Desenvolvimento do Compacto II (GDC-II), com tutela do Ministro da Economia e Finanças.

O GDC-II iniciou com as actividades de prepa-

ração do Compacto II, começando por analisar os impedimentos para um crescimento inclusivo e sustentável de Moçambique. Os resultados dessa análise indicaram que os impedimentos para o crescimento inclusivo e sustentável de Moçambique estão ligados ao baixo nível de desenvolvimento da agricultura e à vulnerabilidade do transporte rural, não resiliente às mudanças climáticas. Foi feita, então, uma análise das causas de

raiz que contribuem para o fraco desenvolvimento desses dois sectores e elaboradas as Notas Conceptuais (NC) que conduziram ao desenvolvimento de Projectos Específicos nas duas áreas de interesse.

Estradas como catalisadoras do crescimento económico

Mas qual é, mesmo, a importância da área de transporte rural na promoção de um crescimento económi-

co sustentável, que se possa traduzir em desenvolvimento humano, sobretudo numa província como Zambézia, que será o foco geográfico do Compacto II, conforme decisão nesse sentido do Governo de Moçambique?

A análise de constrangimentos conduzida em sede do desenvolvimento do Compacto II indicou a área de transportes rural como sendo uma das que impedem o crescimento económico sustentável em Moçambique, com impacto na elevação dos preços de transporte dos produtos, maioritariamente de produção agrária e familiar, o que resulta em baixa competitividade no mercado devido à alta dos preços dos produtos na cadeia

de valores.

Esta situação mostra que o transporte rural pode ser um catalisador da economia se os custos de transportes forem reduzidos e os produtos forem mais competitivos. A competitividade pode contribuir para o aumento da produção rural que, em última instância, contribui para o aumento da renda das famílias e, conseqüentemente, da redução da pobreza.

Assim, o desenvolvimento de infraestruturas rurais, que permitem a redução de custos de transportes, contribui para um desenvolvimento económico acelerado e sustentável, já que custos baixos permitem aumentar a procura e a renda das famílias. Em particular, contri-

bui para a redução da pobreza (uma vez que o emprego aumenta) devido à dinâmica económica gerada. No contexto da economia rural, a redução de custos de transportes implica, em última instância, o aumento da produção agrícola, **já que** o acesso aos mercados aumenta.

Contudo, este exercício não é fácil, **já que envolve um dilema de escolher que estrada financiar entre as várias**. No caso de desenvolvimento do Compacto II, usando critérios múltiplos, o desenvolvimento dos projectos está a ser feito com base, entre outras variáveis, no potencial agrícola, população, potencial pesqueiro e de florestas, assim como o acesso aos serviços

sociais e aos mercados, entre outras variáveis. Isto mostra que o ganho de investir em infraestruturas de estradas rurais pode ser muito maior para a economia de Moçambique, sobretudo na componente de redução da pobreza rural, em particular na província da Zambézia, que é uma das províncias com população mais pobre.

Por outro lado, ter uma infraestrutura de transporte em boas condições tem um ganho adicional porque reduz os custos operacionais, incluindo o tempo gasto pelos operadores de transportes, aumentam os lucros com um impacto significativo no aumento da capacidade de desenvolvimento do sistema de transportes. Em suma, a melhoria das infraestruturas de estradas rurais impulsiona o desenvolvimento económico, em particular o rural, cujo impacto na redução da pobreza, dos custos operacionais e o tempo gasto para percorrer as mesmas distâncias é significativo na melhoria das condições de vida das populações rurais.

Sobre as acções realizadas e em curso



Ultrapassada a fase de estudos de base, e tomada a decisão pelo Governo de Moçambique (GdM) sobre o destino final do Segundo Compacto, iniciaram-se estudos de detalhe sobre a componente de transporte rural. O GDC-II, com base na procura do Governo da Província da Zambézia (GdPZ)¹, desenvolveu um conjunto de análises para seleccionar as infraestruturas de transporte com potencial para contribuir para o crescimento inclusivo e sustentável da província. Espera-se que o modelo que está sendo desenvolvido sirva de base para replicabilidade nos outros pontos do país.

Assim, com base numa lista de vinte e seis (26) estradas prioritárias fornecida pelo GdPZ, usando uma

¹ Por GdPZ pretende-se significar tanto o Conselho dos Serviços de Representação do Estado na Província como o Conselho Executivo Provincial, na esteira da revisão constitucional de Junho de 2018. Com base no trabalho realizado sobre a análise dos impedimentos e das causas de raiz e preparadas as Notas Conceptuais, o GdM decidiu que a Província da Zambézia, dados os níveis e potencialidades de desenvolvimento das áreas eleitas, seria aquela que deveria receber todo o investimento que viria do Segundo Compacto.

metodologia de análise multicritério, envolvendo dados como população residente nas áreas atravessadas pelas estradas, área cultivada, volume de pescado, florestas, acesso aos serviços sociais (escolas, hospitais, entre outros), distâncias do mercado de Quelimane (considerado grande) e distância do mercado da cidade ou vila mais próxima (considerado pequeno), enquadrados por distrito e por vila por onde cada estrada passa, foi levado a cabo um exercício de selecção das estradas que serão objecto de intervenção. Foram, nisso, também considerados os impactos resultantes do potencial crescimento gerado pela melhoria das Infraestruturas de Transporte, nas várias vertentes económicas e sociais acima mencionadas, incluindo a participação do sector privado para realizar grandes investimentos nos sectores agrícola, transportes e outros.

Da sobredita lista, foram inicialmente seleccionadas catorze (14) estradas rurais, das quais nove (9) foram alvo de estudos adicionais de reconhecimento, contagem de tráfego e inquéritos de origem e

destino, visando determinar aquelas com maior prioridade². Com base no potencial económico e social, foram seleccionadas as cinco (5) estradas rurais mais promissoras³, as quais foram agrupadas à Estrada Nacional Número 1 (N1), entre Chimuara e Nicoadala, inicialmente considerada pelo GdM como prioridade nacional.

Desta forma, o GDC-II e a MCC têm estado a desenvolver estudos detalhados que permitam a recolha de dados para alimentar os modelos de análise⁴ utilizados para determinar a Taxa Económica de Retorno (variável fundamental para a tomada de decisão pela MCC de financiar ou não um determinado projecto), que culminarão com a priorização final das estradas que vão formar o pacote de investimento do Compacto II.

² Esta priorização foi feita com apoio da Província da Zambézia (Sector Público e Privado).

³ A razão para indicar apenas cinco é o facto de que os recursos são limitados, não havendo, por isso, capacidade para financiar todas as estradas propostas pelo Governo da Província.

⁴ Sistema de Desenvolvimento e Gestão de Auto-Estradas (mais conhecido por HDM-4).

A lista das estradas rurais consideradas para a análise detalhada, já em fase final, incluíam as seguintes:

- N1: Chimuara – Nicoadala (166 km);
- N103/R657: Magige – Cuamba (65 km);
- N322: Zero – Morrumbala (47 km);
- R640: Zero – Mopeia (44 km);
- N324: Malei – Maganja da Costa (53 km);
- R646: Mugeba – Gilé (193 km);
- N1: Passagem de Mocuba ande Ponte sobre o Rio Licungo (18 km)

De salientar que a N1, troço entre Chimuara e Nicoadala, foi considerada pelo GdM uma prioridade para este Compacto-II, mas informações avançadas em Agosto de 2022 revelaram haver um acordo firmado entre o GdM e o Banco Mundial para o seu financiamento. Esta situação levou a que MCC retirasse este troço dos estudos em curso e, no seu lugar, apostar na construção da passagem (*bypass*) de Mocuba e incluindo a segunda ponte (dos quais 1.8 km de

cumprimento da ponte) sobre o Rio Licungo, num total de 18 quilómetros.

Numa das reuniões técnicas entre representantes do MCC e do GdM, havida na capital administrativa norte-americana, Washington DC, entre 3 e 7 de Outubro de 2022, a estrada R646 (Mugeba/Gilé) foi substituída pela R651 (Mugeba/Pebane), em razão da sua localização estratégica para ligar o distrito de Pebane à restante Zambézia, da importância de Pebane no desenvolvimento da agricultura, pesca, turismo e na exploração mineira, assim como na integração do projecto de estradas aos restantes projectos ambientais a implementar no âmbito do Segundo Compacto.

Importa referir que, por solicitação do GdM, também foram indicados dois troços da N1 para serem analisados, nomeadamente Nama-curra/Mocuba (100 km) e Nampevo/Rio Ligo-nha (233 km).

Algumas reformas essenciais

Por outro lado, o GDC-II e a MCC têm estado a trabalhar nas reformas de políticas e

institucionais por forma a garantir a sustentabilidade financeira do Fundo de Estrada (FE) para a manutenção da rede de estradas do país. Nesta componente, discussões têm convergido na direcção de dar mais poder ao FE e à Administração Nacional de Estradas (ANE), por forma a tornar estas duas instituições mais eficientes e efectivas no desenvolvimento de infraestruturas de estradas resilientes no país.

Para estas reformas, impedimentos legislativos constituem o nó de estrangulamento e a sua alteração constitui a base para as reformas. A questão seria a de saber se os fazedores de políticas estarão preparados para aceitar reformas

profundas do FE e ANE, que as transformem em instituições activas e robustas como acontece em alguns países de África e da região Austral, e como proposto na Política de Transportes da África Sub-Sahariana?

A resposta é sim, conforme o consubstancia o Aide Memoire assinado entre o GdM, representado pelo Ministro da Economia e Finanças, Ernesto Max Tonela, e a agência MCC, a 30 de Janeiro de 2023, em Maputo.

Com efeito, o GDC-II e a MCC, apoiados pela empresa de consultoria Mott MacDonald (contratada pela MCC para dar suporte técnico) estão a finalizar um

documento de reformas que será sujeito à consideração do GdM. A adopção deste documento pelo GdM vai abrir portas para reformas de curto, médio e longo prazos destas duas instituições (FE e ANE), tão importantes para o desenvolvimento do país.

A missão de Moçambique, Mott MacDonald e MCC, que se realizou em Washington de 03 a 07 de Outubro de 2022, visava, de resto, acelerar o passo na produção de um documento que deverá fazer parte do *draft* do Memorando de Investimentos, que será a base de negociações do Compacto II para Moçambique durante os primeiros seis meses de 2023.



Promoção de reformas e investimentos como cerne da agricultura no Compacto II para Moçambique



Agricultura tem grande potencial para contribuir pra a redução da pobreza de forma sustentável. Os níveis de pobreza e des-nutrição crónica na província da Zambézia, o foco geográfico do Compacto II para Moçambique, estão entre os mais altos do país.

Neste contexto, constitui objectivo principal do Projecto de Agricultura, no quadro do Compacto II para Moçambique, melhorar as condições para o desenvolvimento de um sector agrário competitivo pela via do aumento do investimento, com impactos assinaláveis na melhoria da produção

e produtividade, bem como do rendimento dos pequenos agricultores, através da sua inclusão em cadeias de valor estratégicas, com adesão a boas práticas agrícolas, incluindo serviços fitossanitários. A Agricultura Comercial, uma das três áreas do Compacto II, constitui prioridade central,

ao lado das outras duas áreas, nomeadamente Conectividade e Transporte Rural Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro. Pretende que os projectos que integram cada uma das três áreas do Compacto II funcionem como uma espécie de ‘modelos de desenvolvimento’, ou seja,

que estejam dotados de potencial de serem implementados noutras província do país, ou que continuem sendo objecto de priorização na Zambézia, mesmo depois do período de implementação do Compacto II.

O projecto de Agricultura no Compacto II vai utilizar oportunidades de mercado e infraestruturas melhoradas para desencadear investimentos sustentáveis e equitativos em adição de valor e produtividade nas zonas rurais de Moçambique.

Transformar o potencial agrário em ganhos

Nesta fase de desenvolvimento de propostas de projectos para área de Agricultura, o foco está no desenvolvimento duma plataforma de apoio à agricultura comercial para a província da Zambézia e nas reformas fiscais de alcance nacional, com impacto no sector agrário.

É nesta esteira que emerge o mecanismo de subvenção da Plataforma de Apoio à Agricultura Comercial para a Província da Zambézia

(Z-CAP ou Z-PAC), a ser baseado em resultados, que permitirá aos agregadores candidatarem-se a um financiamento para insumos melhorados, serviços de extensão, tecnologia e infraestruturas de processamento e armazenamento destinadas a aumentar a adopção de tecnologia pelos pequenos produtores.

A iniciativa visa aumentar a produtividade dos pequenos agricultores, através do investimento em agregadores para a provisão de insumos melhorados e tecnologia. Espera-se que a provisão de insumos melhorados e tecnologia, juntamente com serviços de extensão, incluindo serviços fitosanitários pelos agregadores, conduza a uma maior produtividade por hectare e a uma redução das perdas antes e após acolheita

Para além disso, acha-se igualmente presente a questão do investimento em relações comerciais entre pequenos agricultores e agregadores para criar relações comerciais mais confiantes, daí geradoras de melhores ligações aos mercados de insu-

mos e produtos, através de relações de agregação a longo prazo, com uma melhor integração das mulheres e dos jovens nas cadeias de valor, por via do desenvolvimento e implementação de visões e planos de mudança a nível individual, familiar e de grupo comunitário.

Tendo em vista o desenho de uma plataforma mais ajustada à realidade do Sector Agrário da Província da Zambézia, procedeu-se à recolha de informações diversas junto de potenciais agregadores, com o apoio do Conselho Empresarial da Zambézia (CEPZ-Zambézia).



Encontro com o Presidente do Conselho Empresarial da Zambézia (CEPZ) e técnicos de recolha de informação junto de Agregadores da Zambézia

Reformas fiscais de alcance nacional

Num esforço para melhorar a competitividade de Moçambique para atrair e aumentar o investimento no sector agrícola, o Governo de Moçambique (GdM), com a assistência da agência Millennium Challenge Corporation (MCC), procura conceber um programa de reforma fiscal para a administração fiscal, especificamente relacionado

com a aplicação e fixação de taxas do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e impostos locais sobre bens agrícolas e produtores.

Constitui enfoque desta empreitada, alinhada com o Pacote de Aceleração Económica (PAE):

- Análise dos impactos da política actual dentro

dos instrumentos fiscais identificados como potenciais constrangimentos para o sector agrário, especialmente a análise da carga fiscal no sector agrícola e particularmente o impacto que estes instrumentos têm nos rendimentos dos pequenos agricultores e dos pequenos produtores e nas mulheres agricultoras.

- Como deve ser optimizada a tributação local a



Presidente da República, Filipe Nyusi, visitando um projecto agrícola em Massingir, província de Gaza

fim de estimular a produção e o acesso aos mercados e melhorar a inclusão e a competitividade da produção e dos produtores da Zambézia

Foi neste contexto que decorre, desde Novembro de 2022, o Estudo

de Reformas Fiscais no âmbito do Desenvolvimento do Compacto II, em sede do qual se espera sejam colhidas valiosas contribuições para melhor identificar oportunidades para reformas que contribuam para a melhoria do ambiente de negócios e atrair investimento para agricultura comercial, de modo a contribuir para um desenvolvimento inclusivo e acelerado.



Transporte rural pode ser um catalisador da economia



Higino de Marrule, Coordenador Nacional do GDC-II, fazendo uma apresentação no evento da ARMFA em Maputo

O Coordenador Nacional do Gabinete de Desenvolvimento do Compacto II (GDC-II), Higino de Marrule, defende que a melhoria das infraestruturas de estradas rurais possui, para a globalidade dos países africanos, incluindo Moçambique, inequívoca relevância, sobretudo por impulsionar o desenvolvimento económico, em particular o rural, cujo impacto na redução da pobreza, dos

custos operacionais e do tempo gasto para percorrer as mesmas distâncias é significa-

tivo na melhoria das condições de vida das populações rurais.

Higino de Marrule, que



falava a 3 de Abril de 2023 num dos painéis da vigésima assembleia-geral da Associação dos Fundos de Estradas de África (ARMFA, na sua sigla em inglês), que decorreu em Maputo, juntou ser nesse quadro que tanto o Governo de Moçambique como o Governo dos Estados Unidos da América (EUA), através da agência Millennium Challenge Corporation (MCC), julgam ser por demais premente a impressão de reformas políticas, institucionais e até legais visando capacitar o Fundo de Estradas, como forma deste melhor cumprir com o seu papel neste sector crucial.

Conectividade e Transporte Rural, cujo cerne são estradas e pontes, constitui uma das três áreas do Compacto II para Moçambique, ora em fase de desenvolvimento, estando a assinatura do Acordo de Financiamento prevista para Julho-Agosto deste ano. Promoção do Investimento na Agricultura Comercial e Mudanças Climáticas e

Desenvolvimento Costeiro são as outras duas áreas da referida iniciativa desenvolvimentista, que terá como foco geográfico a província da Zambézia.

A Análise de Constrangimentos empreendida como parte do processo de desenvolvimento do Compacto II para Moçambique apontou a área de transporte rural como sendo uma das que impedem o crescimento económico sustentável no país, com impacto na elevação dos preços de transporte dos produtos, maioritariamente de produção agrária e familiar, o que resulta em baixa competitividade no mercado devido à alta dos preços dos produtos na cadeia de valores.

“Esta situação mostra



que o transporte rural pode ser um catalisador da economia se os custos de transportes forem reduzidos e os insumos/produtos forem mais competitivos. A competitividade pode, por seu turno, contribuir para o aumento da produção rural que, em

última instância, contribui para o aumento da renda das famílias e, consequentemente, da redução da pobreza”, sublinhou o Coordenador Nacional do GD-C-II.

Acrescentou que visando garantir a sustentabi-

lidade dos investimentos a serem realizados pela MCC em Moçambique, em sede do Compacto II, mostra-se premente garantir a sua sustentabilidade. Para o efeito, foram consideradas reformas de políticas e instituições que possam permitir o fortalecimento da capacidade do Fundo de Estradas de mobilizar recursos para a manutenção de estradas, bem assim a capacidade de planificação e gestão da rede de estradas da Administração Nacional de Estradas (ANE).

Melhorar, a nível subnacional, a capacidade de gestão da rede de estradas pelas delegações provinciais da ANE, em particular a delegação da Província da Zambézia, encontrar um mecanismo que possa tornar o Fundo de Estradas num ente capaz de identificar e mobilizar outras fontes de receitas no sistema e-SISTAFE que não estejam devidamente registadas e trabalhar para garantir que pelo menos 90% do imposto específico sobre os combustíveis seja canalizado para o Fundo de Estradas são outras das prioridades sob o ponto de vista de reformas.

Higino de Marrule referiu ser igualmente im-



portante preparar reformas estruturais de longo prazo, como forma de garantir que o Fundo de Estradas caminhe

para o Fundo Estradas de Segunda e Terceira Gerações, sendo certo que aquela instituição pública já está quase na

segunda geração, havendo algumas dificuldades em sustentar este nível devido à limitação de fundos e sua sustenta-

bilidade. “Estas reformas deverão acontecer durante a implementação do Compacto II”, enfatizou.

Ciclone Freddy leva ‘Compacto II’ à província da Zambézia



Uma equipa do Gabinete de Desenvolvimento do Compacto II (GDC-II), liderada pelo respectivo Coordenador Nacional, Higino de Marrule, realizou, de 22 a 24 de Março de 2023, uma visita de trabalho à província da Zambé-

zia, com o objectivo de observar, in loco, os danos causados pelo ciclone tropical Freddy, bem assim abordar algumas entidades públicas e privadas sobre o mesmo fenómeno, no contexto de finalização do processo de elaboração dos projectos que

irão integrar o atrás referido programa.

A referida equipa do GDC-II trabalhou, nos dias 22 e 24, na cidade de Quelimane, onde manteve encontros com algumas entidades

públicas e privadas – com destaque para o Conselho Empresarial Provincial (CEP), integrada na Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) –, enquanto que no



dia 23 procedeu à verificação do estado actual do troço Nicoadala-Mocuba ao longo da Estrada Nacional número 1 (N1), além de ter trabalhado no distri-

to de Mocuba, onde manteve encontros com o Administrador Distrital, Joaquim Fernando Pahare, e visitado algumas infraestruturas afectadas pelo

evento extremo.

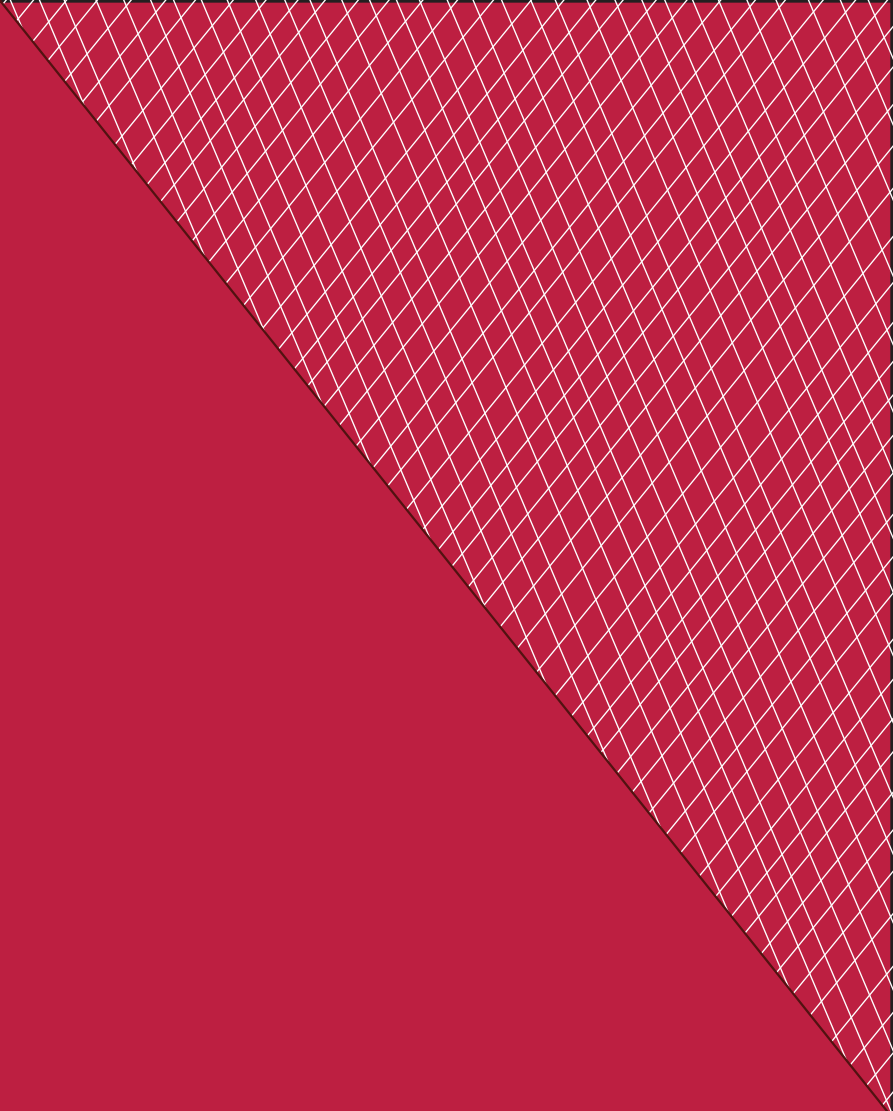
Como corolário das constatações feitas, não é excluir a revisão de certos aspectos em projectos

neste momento em fase final de elaboração, com particular destaque para os integrados na área de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Costeiro.



As imagens que acompanham estas notas, captadas por António Zefanias, do Diário da Zambézia, e por Ericino de Salema, do GD-C-II, documentam resumidamente os estragos causados pelo Freddy, que incluem a infeliz perda de 150 vidas humanas.





Siga-nos!



www.facebook.com/compactoii



www.instagram.com/compactoii